

## O orçamento americano e o brasileiro

A recente apresentação, pelo Presidente Harry Truman, de sua mensagem ao Congresso norte-americano encaminhando a Proposta Orçamentária para o próximo exercício financeiro, a começar em 1 de julho do ano corrente, enseja e convida à comparação, ao menos em rápido esboço, com o documento análogo enviado pelo Presidente Eurico Dutra ao Congresso Nacional e que, após o curso parlamentar costumeiro, se transformou no nosso Orçamento em vigor.

A defesa nacional atribui a proposta do executivo americano 14,3 bilhões de dólares, contra 11,8 bilhões votados para o passado ano fiscal. Aquela dotação representa 34% da despesa total e o aumento proposto de 2,5 bilhões corresponde a 21% da dotação atual.

Aos compromissos internacionais foram reservados 6,7 bilhões ou 16% da despesa. Dessa categoria de gastos, 70% destinam-se à continuação da política de fortalecimento econômico das nações da Europa Ocidental. A dotação autorizada para o ano em curso fôra de 7,2 bilhões, importando, assim, a proposta em sensível redução — o que afetou, todavia, o programa de auxílio à reconversão européia. Este — disse o Sr. Truman — “é o maior programa de assistência econômica em que estamos agora empenhados”. Contra 4,6 bilhões que lhe foram dedicados no ano corrente, à sua manutenção foram propostos 4,5 bilhões.

O vulto financeiro dessas duas finalidades, correspondendo à sua importância política, foi ressaltada incisivamente na mensagem presidencial norte-americana: O orçamento de 1950, como os mais desde o fim da guerra, são dominados pelos nossos programas nacionais e internacionais de segurança. Reunidos, estima-se atinjam 21 bilhões de dólares ou metade do total das dotações orçamentárias.

A dívida pública e a assistência aos veteranos totalizam 26% da despesa ou 11 bilhões, dos quais metade para a dívida (5,4 bilhões) e metade para os veteranos (5,5 bilhões). A despesa com a dívida mantém-se no nível a que atingiu em 1949 (5,3 bilhões); os gastos com veteranos, entretanto, tiveram apreciável redução, de 6,8 bilhões que foram autorizados para 1949.

Os programas com bem-estar público, a saúde e o seguro social atingem 2,4 bilhões ou 6% da despesa. Para o desenvolvimento dos recursos naturais, incluindo energia atômica foram solicitados 1,9 bilhões, para a agricultura 1,7 bilhões, para os transportes e comunicações 1,6 bilhão.

O total da despesa alcança 41,9 bilhões, sendo que a renda estimada não ultrapassou 41 bilhões, restando, portanto, um deficit de quase 900 milhões, apesar do aumento solicitado da tributação, que poderá proporcionar ao governo mais 4 bilhões no próximo exercício. Justificando esse aumento, o Sr. Truman afirmou destiná-lo a “constituir uma reserva para as contingências, permitir uma redução da dívida pública, obter uma base adequada para o financiamento futuro de nossos encargos presentes e reduzir as pressões inflacionárias”.

Dentro dessas diretrizes básicas, o presidente dos Estados Unidos apresentou, em termos financeiros, o seu programa administrativo para o próximo exercício.

Enquanto não nos chegam os dados definitivos pelos quais terá o Capitólio apreciado as indicações da Casa Branca, é útil estabelecer um paralelo, em largos traços, com a atitude e as tendências do executivo brasileiro, expressas na proposta orçamentária para 1949 e já com as modificações introduzidas pelo Congresso Nacional.

Não dispondo o processo orçamentário brasileiro de uma classificação de despesas públicas por finalidades, não se torna fácil dizer de imediato o

montante exato dos gastos autorizados para cada um dos objetivos do Estado, tanto os essenciais como os opcionais.

Isto pôsto, embora não favoreça à comparação com o orçamento norte-americano, vale apreciar qual o volume das principais dotações propostas e autorizadas para o presente exercício, por ministérios — o que proporciona, pelo menos, uma idéia das tendências do executivo e de como o legislativo as admite.

Se, grosso modo, entendermos por dotações com a defesa nacional as destinadas aos ministérios militares, teremos que o Catete solicitou 5.406 milhões de cruzeiros e as Câmaras concederam 5.736 milhões, ou seja 29,6% da despesa, contra 7.015 milhões ou 48% no Orçamento de 1948.

O Brasil não possui, no campo internacional, as graves responsabilidades dos Estados Unidos. O ônus que a sua participação na comunidade das nações livres lhe impõe não afeta de forma impressiva o seu orçamento. Por outro lado, não se vê na contingência de atender aos encargos oriundos da assistência a um número considerável de veteranos. E o ônus com a amortização e pagamento de juros da dívida pública, que se mantém quase no mesmo nível nos últimos orçamentos, está ficando cada vez menos pesada ao Tesouro, em comparação com os encargos enquadrados nas outras verbas. O orçamento brasileiro de 1949 destina 1.262 milhões à dívida, isto é, 6,5% da despesa. Em 1946 essa relação foi de 19,1%, em 1947 de 10,7% de 8,8%.

Ao Ministério da Agricultura foram destinados 1.064 milhões ou 5,5% da despesa. O Congresso manteve praticamente, portanto, o pedido do Executivo, que alcançava 910 milhões.

Ao Ministério da Viação e Obras Públicas, solicitados 2.667 milhões, foram concedidos 3.319 milhões ou 17,1% da despesa. Foi esta uma alteração sensível, resultando, principalmente, da concessão de novos auxílios ou ampliação dos já previstos a serviços e obras de caráter local.

Ao Ministério da Educação e Saúde, solicitados 1.725 milhões, foram concedidos 2.180 milhões. Esse aumento também foi afetado de forma decisiva pelo critério mais largo, de caráter extensivo, adotado pelo Legislativo na concessão de créditos para encargos vários de natureza local, desde a construção ou equipamento de escolas e hospitais a auxílios a entidades privadas de fins esportivos.

Dos ministérios o que logrou menor dotação foi o das Relações Exteriores, com 154 milhões. O que alcançou dotação maior foi o da Fazenda, com 3.429 milhões. Isso não significa seja o que gasta mais — é pelo menos, o que paga mais. Basta considerar o fato de que a Verba 6 — Dívida pública lhe é privativa, não ocorrendo na previsão orçamentária dos demais, a cujos serviços, muito embora, fartas parcelas dos créditos obtidos através de empréstimos tantas vezes se destinam.

Ao Plano Salte a proposta presidencial destinou 1.100 milhões, distribuídos em vários ministérios e cuja discriminação final deverá ser dada pelo Congresso.

O total da despesa na proposta alcançava 17.440 milhões, enquanto se estimava a receita em 17.451 milhões. O orçamento elevou a despesa para 19.370 milhões, retificando a estimativa da receita para 18.229 milhões. Dessa maneira, o superavit previsto a princípio de 11 milhões transformou-se no deficit de 1.141 milhões. Tal aumento faz-se sentir com mais intensidade na Verba 1 — Pessoal, pelo reajustamento dos vencimentos e salários dos servidores do Estado, e na Verba 3 — Serviços e encargos, com a atitude já enunciada do Legislativo quanto às dotações de finalidade local.

Na receita estimada, a maior contribuição cabe à renda tributária com 14.660 milhões. Nesta, a maior parcela é a do imposto de consumo com 43,4% da mesma ou 6.359 milhões, seguindo-se o imposto sobre a renda com 29,5% ou 4.329 milhões.